

# CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paula Freitas, 161, Centro, Palma/MG

CEP: 36 750 000

CNPJ: 03.177.973/0001-99

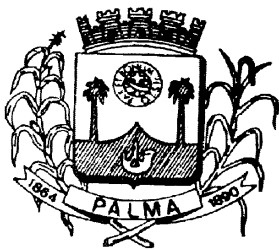
## INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2024 - PROCESSO Nº 08/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA/MG, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 05/2024, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos do art. 75, inciso II, combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que encontra-se em aberto processo para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços para Administração Pública, de Locação de licenças de usos de software integrados de gestão públicas nas áreas contabilidade pública, tesouraria, gestão administrativa e gestão fiscal nas áreas de finanças públicas. Incluindo suporte técnico ilimitado e gratuito via telefone e email, para o Poder Legislativo municipal de Palma, que se façam necessários, pelo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme requisição administrativa abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	DURAÇÃO
01	<p>Contratação de empresa especializada em prestação de serviços para Administração Pública, de Locação de licenças de usos de software integrados de gestão públicas nas áreas contabilidade pública, tesouraria, gestão administrativa e gestão fiscal nas áreas de finanças públicas. Incluindo suporte técnico ilimitado e gratuito via telefone e email.</p> <p>PARÁGRAFO PRIMEIRO: Incluindo, conversão de dados pré-existent, migração, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico via telefone e digital, acesso remoto, conforme especificações e determinações dos itens separadamente.</p> <p>PARÁGRAFO SEGUNDO: São condições de execução deste Contrato:</p> <p>I. A CONTRATADA prestará serviços de suporte técnico opinando na escolha, dentre as que lhe forem apresentadas pela CONTRATANTE de equipamentos a serem substituídos, visando evitar conflitos entre os <i>SOFTWARES</i> e os hardwares.</p> <p>II. A CONTRATADA prestará serviços de suporte técnico remoto na montagem da estrutura lógica da rede, fará a instalação do servidor e seus periféricos, a instalação de "<i>SOFTWARES</i>" de rede e configuração dos mesmos, instalação e customização das estações de trabalho, e a instalação de impressoras e outros dispositivos que se fizerem necessários para execução do objeto contratado.</p> <p>III. A CONTRATADA prestará serviços de suporte técnico</p>	SERVIÇO	12 meses



# CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paula Freitas, 161, Centro, Palma/MG

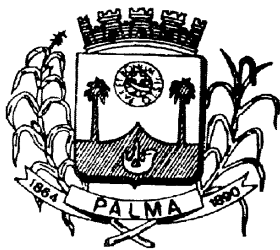
CEP: 36 750 000

CNPJ: 03.177.973/0001-99

	<p>no tocante ao reprocessamento de dados, contando com a mão-de-obra dos servidores designados pela CONTRATANTE.</p> <p>IV. As assessorias técnicas e o suporte técnico remoto serão executados por meio do <i>SOFTWARE</i>, por telefone ou por meio eletrônico.</p> <p>V. As assessorias técnicas e o suporte técnico remoto serão solicitadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA nos dias úteis.</p> <p>VI. A locação do <i>SOFTWARE</i> envolve a sua implantação, atualização, assessoria técnica, suporte técnico remoto, conversão dos dados, treinamento aos usuários; bem como a manutenção desse <i>SOFTWARE</i> com rigorosa harmonia com as orientações transmitidas pela CONTRATADA e atualização de acordo com a legislação vigente a cada momento.</p> <p>VII. O treinamento dos usuários consiste na capacitação inicial dos servidores indicados pela CONTRATADA na correta utilização do <i>SOFTWARE</i>, realizado por ocasião da implantação.</p> <p>VIII. Uma vez realizado o treinamento dos usuários na fase de implantação, se posteriormente em função de exoneração, aposentadorias, licenças, férias, ou qualquer outro motivo relevante, haja a necessidade de treinamento de novos profissionais, a CONTRATADA, arcará com as despesas referentes aos novos treinamentos.</p> <p>IX. O objeto deste Contrato será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes e as especificações constantes da Especificação Detalhada do Objeto, da Proposta Comercial da CONTRATADA e deste Contrato.</p> <p>X. O <i>SOFTWARE</i> deverá disponibilizar gratuitamente uma opção de realizar a geração de cópias de segurança (BACKUP) de modo a permitir a recuperação de dados armazenados no servidor, conforme rotinas existentes no próprio sistema a ser disponibilizado.</p>		
<p><b>OBSERVAÇÃO:</b> A empresa será responsável por todas as despesas como: equipamentos, mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.</p>			

## 1.1 JUSTIFICATIVA:

A contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de locação de licenças de software integrado para gestão pública traz uma série de benefícios para a Câmara de Palma/MG.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paula Freitas, 161, Centro, Palma/MG

CEP: 36 750 000

CNPJ: 03.177.973/0001-99

Aqui estão algumas justificativas para essa contratação:

1. **Eficiência Operacional:** O uso de um software integrado de gestão pública permite uma maior eficiência na execução de tarefas contábeis, de tesouraria, administrativas e fiscais. Isso possibilita a realização de atividades de forma mais rápida e precisa, otimizando o tempo dos funcionários e reduzindo possíveis erros.
2. **Melhoria na Tomada de Decisão:** Com um sistema integrado, os gestores têm acesso a informações atualizadas e precisas em tempo real. Isso facilita a tomada de decisões estratégicas, pois os dados necessários estão prontamente disponíveis, permitindo uma análise mais detalhada da situação financeira e administrativa da Câmara.
3. **Conformidade Legal:** O uso de um software especializado em gestão pública ajuda a garantir que a Câmara esteja em conformidade com as regulamentações e legislações vigentes. Isso é especialmente importante nas áreas de contabilidade pública, tesouraria e gestão fiscal, onde há uma série de normas a serem seguidas.
4. **Suporte Técnico:** A inclusão de suporte técnico ilimitado e gratuito via telefone e email proporciona tranquilidade à equipe da Câmara, garantindo que qualquer problema técnico seja rapidamente resolvido por profissionais qualificados. Isso minimiza o tempo de inatividade do sistema e garante a continuidade das operações.
5. **Redução de Custos:** Ao optar pela locação de licenças de uso de software, a Câmara evita os altos custos iniciais associados à aquisição de licenças permanentes. Além disso, o modelo de locação geralmente inclui atualizações automáticas do software, o que elimina a necessidade de gastos adicionais com atualizações futuras.
6. **Foco no Core Business:** Ao terceirizar a gestão do software para uma empresa especializada, a equipe da Câmara pode concentrar seus esforços nas atividades essenciais do seu dia a dia, como o atendimento às demandas dos cidadãos e a elaboração de políticas públicas.

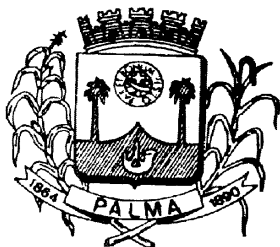
Portanto, a contratação de uma empresa especializada em locação de licenças de software integrado de gestão pública, com suporte técnico ilimitado e gratuito, é uma medida que contribui para a modernização e eficiência dos processos na Câmara de Palma/MG, resultando em uma melhor prestação de serviços à comunidade local.

A solicitação está devidamente amparada pela Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. A intenção pela opção de contratação desta modalidade, ocorreu pelo enquadramento legal do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

1.3. OPTA, a Administração, avaliados os aspectos/fatos que norteiam o caso em tela, considerando ser uma contratação esporádica e de baixo custo, resta evidente que a contratação direta é a via adequada e efetiva para dar agilidade e eficiência ao processo.

1.4. Entretanto, a presente Dispensa de Licitação só será efetivada após respeitado o prazo disposto



# CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paula Freitas, 161, Centro, Palma/MG

CEP: 36 750 000

CNPJ: 03.177.973/0001-99

no § 3º do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. O pagamento será realizado à vista, em até 30 dias, após a emissão da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

1.6. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da Secretaria desta Casa, conforme dotações orçamentárias previstas no orçamento vigente.

1.7. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente DISPENSA, independente de outro que por mais privilegiado seja, será a Comarca de Palma/MG.

1.8. Aplica-se a este Termo de Dispensa, nos casos omissos, a seguinte legislação:

a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) Lei Federal nº 14.133/2021;

c) Lei Federal nº 4.320/1964;

d) Lei Complementar Federal nº 101/2000;

1.9. O objeto pretendido, ora processado se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, com as justificativas presentes nos autos.

1.10. Considerando o acima exposto acolho as justificativas da dispensa de licitação e AUTORIZO publicação no site [www.camarapalma.mg.gov.br](http://www.camarapalma.mg.gov.br) pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis.

1.11. As empresas interessadas deverão apresentar a seguinte documentação:

## **2 – DOCUMENTOS para Habilitação Jurídica:**

2.1. - Registro comercial, no caso de empresa individual; ou, ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores; e ou, decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.3. - Cédula de identidade (ou outro documento oficial com foto);



# CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paula Freitas, 161, Centro, Palma/MG

CEP: 36 750 000

CNPJ: 03.177.973/0001-99

2.4. - Cadastro de Pessoa Física (CPF);

2.5. - Declaração sobre Empregado Menor, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, declaração de impedimento de contratar com a Administração Pública e que não foi declarada inidônea, declaração de demais condições impeditivas da lei nº 14.133/2021 e que inexistem fatos impeditivos à sua habilitação (anexo I)

2.6. - Declaração de enquadramento no regime ME ou EPP (anexo II);

## **DOCUMENTOS para Qualificação Econômico - Financeira:**

2.7. - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo foro da comarca sede da empresa;

2.8. - Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial expedida pelo Poder Judiciário da União;

## **DOCUMENTOS para Regularidade Fiscal/Trabalhista:**

2.9. - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

2.10. - Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

2.11. - Certificado de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.12. - Certidões de regularidade de situação para com os entes Federados, sendo elas:

2.12.1. - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

2.12.2. - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; e,

2.12.2. - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

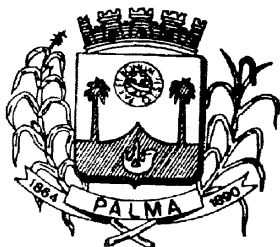
2.13. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conf. Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

2.14. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente, sendo assegurado a empresa que apresentar a proposta mais vantajosa, o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação dos documentos em original ou em cópia autenticada, no setor de Licitações da Câmara de Palma/MG.

2.14.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital ou entregá-los pessoalmente na sede desta Câmara, após solicitação, sob pena de inabilitação.

2.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

2.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, estará dispensado



# CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paula Freitas, 161, Centro, Palma/MG

CEP: 36 750 000

CNPJ: 03.177.973/0001-99

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando for solicitado.

2.17. O fornecedor provisoriamente vencedor, que estiver concorrendo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

2.18. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

2.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 3 – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Após a ratificação da dispensa, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

3.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

3.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a esta Augusta Câmara, para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3(três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

3.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

3.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta e necessidade da Administração, conforme legislação vigente.

## 4 – DAS SANÇÕES

4.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Rua Paula Freitas, 161, Centro, Palma/MG**

**CEP: 36 750 000**

**CNPJ: 03.177.973/0001-99**

- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

4.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances bem como praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

4.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Câmara ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.6. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paula Freitas, 161, Centro, Palma/MG

CEP: 36 750 000

CNPJ: 03.177.973/0001-99

- 4.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 4.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 4.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 4.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 4.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 4.12. Sempre será assegurado aos licitantes o contraditório em ampla defesa, conforme legislação vigente.

## 5 – DAS DISPOSIÇÃO GERAIS

- 5.1. O procedimento será divulgado e publicado no site [www.camarapalma.mg.gov.br](http://www.camarapalma.mg.gov.br).
- 5.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- republicar o presente aviso com uma nova data;
  - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
  - No caso da alínea anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 5.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 5.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.





# CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paula Freitas, 161, Centro, Palma/MG

CEP: 36 750 000

CNPJ: 03.177.973/0001-99

5.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

5.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

5.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

5.9. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

a) ANEXO I – Declaração sobre Empregado Menor, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, declaração de impedimento de contratar com a Administração Pública e que não foi declarada inidônea, declaração de demais condições impeditivas da lei nº 14.133/2021 e que inexistem fatos impeditivos à sua habilitação (anexo I);

b) ANEXO II - Declaração de enquadramento no regime ME ou EPP (anexo II);

**6. Manifestação de interesse, orçamento (proposta de preços detalhada com a especificações do objeto) e documentação acima devem ser enviadas para o Setor de Licitações da Câmara ou através do e-mail: [contato@camarapalma.mg.gov.br](mailto:contato@camarapalma.mg.gov.br) - impreterivelmente até as 23:59h do dia 21/03/2024.**

Câmara Municipal de Palma/MG, aos 15 de Março de 2024.

---

SETOR DE LICITAÇÕES



# CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paula Freitas, 161, Centro, Palma/MG

CEP: 36 750 000

CNPJ: 03.177.973/0001-99

## ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

### TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

### DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Dispensa de Licitação nº 008/2024 – Processo Licitatório nº 008/2024, instaurada pela CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA/MG, que a empresa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

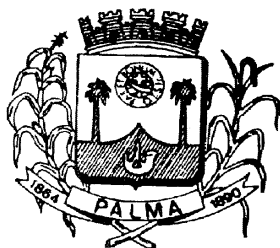
- 1 - Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e a Lei Federal nº 14.133/2021, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999;
- 2 - Não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- 3 - Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 4 - Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei Federal nº 14.133/2021; e,
- 5 - Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa

Nome do responsável legal da empresa

RG e CPF do responsável



# CÂMARA MUNICIPAL DE PALMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Paula Freitas, 161, Centro, Palma/MG

CEP: 36 750 000

CNPJ: 03.177.973/0001-99

## ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP).

### TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

- MICROEMPRESA  
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE

\_\_\_\_\_ (Razão Social da Empresa), inscrita no  
CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Endereço:

\_\_\_\_\_,  
DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre os requisitos legais para a  
qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei  
Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a  
usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar. Declaro, ainda,  
que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei  
Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que se compromete a promover a regularização  
de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de  
regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Sou optante do Sistema Simples Nacional:

- SIM ( ) NÃO

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa

Nome do responsável legal da empresa

RG e CPF do responsável